



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150336 - BA (2021/0217282-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MARCUS OLIVEIRA COSTA (PRESO)
ADVOGADOS : MARCELO ALVES DOS ANJOS - BA051816
RENAN ANJOS CHAGAS - BA058216
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CORRÉU : JOSÉ IGOR BATISTA ROCHA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARCUS OLIVEIRA COSTA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8033619-66.2020.8.05.0000).

O recorrente ostentava dois mandados de prisão em aberto, sendo um deles oriundo da comarca de Teixeira de Freitas/BA e o outro de Linhares/ES, tendo sido preso no dia 22/05/2020 na cidade de Lauro de Freitas/BA (fl. 160).

A pedido da 1ª vara criminal de Linhares/ES, a Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Bahia autorizou o pedido de transferência do Paciente para a referida comarca, onde responde a outra ação penal (fl. 161).

A defesa impetrou *writ* na origem pleiteando o retorno do paciente para a comarca de Lauro de Freitas, a fim de ser facilitado o convívio familiar.

A Corte Estadual, por sua vez, não conheceu do *mandamus* (fl. 155/178).

Sustenta que teria sido transferido do Conjunto Penal de Lauro de Freitas, para a comarca de Linhares/ES sem o mínimo supedâneo jurídico.

Assevera que a sua manutenção na Bahia não iria impactar em nada o andamento da ação penal em trâmite no Espírito Santo.

Destaca que não seria cabível agravo em execução para impugnar o ato que determinou sua transferência, tendo em vista que não existiu qualquer decisão dos Juízos de Execução envolvidos, sendo indicada a impetração de remédio constitucional para tal finalidade.

Defende que deveria retornar para a comarca de Lauro de Freitas, onde vive sua família, nos termos do art. 103 da Lei de Execução Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, seja determinada a sua transferência para o Conjunto Penal de Lauro de Freitas/BA

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente